



## **PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUIBE**

Rua Nilo Soares Ferreira nº 50 – Centro - CEP 11750-000

Fone (13) 3451-1000 - Fax (13) 3451-1034

<http://www.peruibe.sp.gov.br> e-mail: [prefeitoperuibe@peruibe.sp.gov.br](mailto:prefeitoperuibe@peruibe.sp.gov.br)

### **ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - CONDEMA - BIÊNIO 2017/2019 - 11/05/2018**

Aos onze dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito, numa das salas da Unidade de Apoio Pedagógico, UAP, localizada à Avenida São João, nº 545, Centro, Peruibe/SP, reuniram-se os membros do Conselho Municipal do Meio Ambiente, CONDEMA, para a reunião ordinária.

Compareceram os seguintes conselheiros: Rosangela Barbosa, representante titular do Departamento de Meio Ambiente; Karen Gewehr, suplente representante do Gabinete do Chefe do Executivo; Sergio Martins Guerreiro, representante titular da Procuradoria Geral do Município, Kleber Alexis Bonaventura de Abreu, representante suplente da Procuradoria Geral do Município; Ana Paula Falaschi, representante suplente da Secretaria Municipal de Obras; Luiz Fernando Martinez representante titular da Secretaria de Educação; Eduardo Monteiro Ribas, representante titular da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura; Aruã Fernandes Antunes, representante titular da Fundação Florestal; Gilberto Bueno, representante titular da FUNAI; Cristiano Vieira Gonçalves, representante suplente da FUNAI; Clarissa Helena Scheneerdorf Novi, representante titular da OAB; Tathiana Popak Maria, representante suplente da Associação da Comunidade do Guaraú; Rodrigo Del Rio do Valle, representante titular do Instituto Biopesca; Maridel Vicene Polachini Lopes, representante titular do MoCAN; Marcelo Mouro Campos, representante titular da Associação Residencial Jardim São Luiz; Gabriel Moraes Gasparoto, representante suplente da Associação Residencial Jardim São Luiz; Rubens Martins, representante suplente do IBIMM.

A Rosangela Barbosa, presidenta do conselho, abriu a reunião às 14:15 horas, reforçando mais uma vez as regras estabelecidas para os pedidos de alteração em ata e como já havia sido acordado em duas reuniões anteriores, serão aceitas pela secretária as solicitações feitas por e-mail, especificadas no corpo do email e nas reuniões, as sugestões deverão ser feitas durante a leitura da ata, não sendo aceitos pedidos posteriores ao encerramento da leitura da ata. Por sugestão do conselheiro Sérgio Guerreiro e com concordância da plenária foi abolido o uso de sr e sra antes do nome do conselheiro na escrita da ata. O item 1. da pauta foi a leitura da ata, aprovada sem alterações. Houve um pedido de inversão de pauta, feito pelo conselheiro Sérgio para aguardar a chegada do seu suplente, e a pauta foi a seguinte: item 3. O FUNDEMA, a presidenta diz que há uma lei de 1996 disciplinando o assunto e pergunta se algum conselheiro tem alguma sugestão para encaminhar os trabalhos voltados para a elaboração de um texto normativo que irá regulamentar o Fundo. O conselheiro Sérgio pede cautela para que o destino de multas e condenações possa ser direcionado ao fundo do conselho para não se perder no fundo difuso do estado, sugere que a regulamentação deve seguir as novas diretrizes do Tribunal de Contas para a manipulação de recursos de Fundos Municipais e cita o conhecimento do conselheiro Ribas sobre o assunto. O conselheiro Ribas comenta que essa pauta surgiu no conselho em 2016, quando foi elaborado um esboço de decreto que foi enviado ao jurídico e deve



## PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUIBE

Rua Nilo Soares Ferreira nº 50 – Centro - CEP 11750-000

Fone (13) 3451-1000 - Fax (13) 3451-1034

<http://www.peruibe.sp.gov.br> e-mail: [prefeitoperuibe@peruibe.sp.gov.br](mailto:prefeitoperuibe@peruibe.sp.gov.br)

estar lá até hoje. A presidenta reitera que diante da nova composição do Conselho, se algum conselheiro quiser apresentar um texto, pode fazê-lo, ou então ela mesma pode trazer um texto para pensarmos em cima dele. O conselheiro Ribas sugere que se procure o texto que foi elaborado em 2016. A presidenta então propõe que seja feito um levantamento e que seja pautado para a próxima reunião. Pergunta se há mais de R\$100 mil no fundo ao conselheiro Sérgio, que diz que qualquer ação pública, essas multas civis, TAC, vão para o Fundo de Interesse Difuso, que é um fundo estadual, para as ações ambientais, eles vão verificar as condições como foi criado o fundo e como é a forma de utilização dos recursos e tem que estar com todos esses requisitos para que aí se pratique o objetivo de ter todas essas ações depositadas nesse fundo para projetos relativos àquele tipo de condenação. O conselheiro Ribas fala que o Fundema hoje é alimentado por recursos provenientes de multas por podas de árvores, essas questões básicas de TACs municipais e que na época em que o assunto foi discutido, em 2016, o valor era cerca de R\$ 65 mil. O encaminhamento vai ser o levantamento daquilo que foi apresentado como proposta, o envio prévio para os conselheiros no momento da convocação para a reunião e depois análise em plenária. No item 2 da pauta, a presidenta trata da aprovação do Código Processual de Ética que foi elaborado para ser utilizado como norma de conduta para todos os Conselhos Municipais. Essa minuta foi elaborada pelo conselheiro Kleber e enviada para análise dos demais conselheiros e ela abre o espaço para sugestões e alterações. O conselheiro Kleber explica que a minuta foi criada procurando preencher uma lacuna que existia dentro do nosso regimento que não dava permissão alguma de se fazer um procedimento que não fosse nulo, que é bem extensa, mas procurou chegar o mais próximo para que houvesse amplitude tanto em grau de reposta, quanto em grau de recurso, para que fosse o mais democrático possível e também abriu para colaborações e ideias para consubstanciar. Em conversa com o conselheiro Sérgio, buscaram através desse regimento uma unificação de todos os Conselhos visto que todos poderiam ter esse benefício dessa lacuna cessar e os Conselhos no geral não terem mais problemas com essa parte ética. O conselheiro Cristiano solicitou que fosse manifestada à plenária se alguém tinha alguma dúvida sobre o conteúdo do Código, ao que a presidenta respondeu que a abertura para esclarecimento ou sugestões estava sendo feita e que a minuta havia sido enviada há dois meses e se houvesse qualquer dúvida, comentário ou sugestão, poderiam se manifestar. O conselheiro Sérgio comentou que o objetivo do Código não era inibir manifestações, mas que elas fossem feitas de forma responsável e que a minuta estava tão completa que foi feita a sugestão à prefeitura para que os outros conselhos que tivessem no regimento a previsão de um Conselho de Ética a adotassem. Como não houve mais nenhum aparte, foi feita a votação simples e o código foi aprovado por unanimidade. O item 4 da pauta, seria a apresentação pelo relator da Comissão Técnica de Arborização, o conselheiro Rodrigo Wolpert, mas constatou-se nesse momento que ele havia se retirado da reunião sem assinar a lista de presença. A conselheira Karen solicitou que incluísse em ata que no BOM do dia 08/05 já saiu a alteração do representante do Gabinete, que



## PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUIBE

Rua Nilo Soares Ferreira nº 50 – Centro - CEP 11750-000

Fone (13) 3451-1000 - Fax (13) 3451-1034

<http://www.peruibe.sp.gov.br> e-mail: [prefeitoperuibe@peruibe.sp.gov.br](mailto:prefeitoperuibe@peruibe.sp.gov.br)

passou a ser ela, do representante da ACG, conselheira Tathiana e dos representantes do CALS, conselheira Kátia e conselheiro Rodrigo W. Então o conselheiro Marcelo, também integrante da Comissão, fez um informativo das deliberações da Câmara. Como a composição do regimento impede a participação de outros integrantes além dos 5 eleitos, pediu que os conselheiros que tivessem alguma sugestão que a encaminhasse por email. A presidenta sugeriu que isso já pudesse ser feito naquele momento, pela disponibilidade de tempo. Aberto o tempo para os informes, o conselheiro Aruã comunicou a abertura de edital para a formação de Conselho das Unidades de Conservação da Juréia, com vagas para a sociedade civil e fez o convite aos integrantes do conselho para participação. O conselheiro Cristiano interessou-se pela participação da comunidade indígena no Conselho e trocou informações a respeito com o conselheiro Aruã. A conselheira Mari apresentou a sua participação no Conselho Gestor do Mapeamento Cultural da RMBS feito pelo SESC e solicitou aos conselheiros permissão para que sua participação fosse realizada em nome do Condema, pois havia uma lacuna na representatividade ambiental de Peruíbe nesse trabalho. O conselheiro Luiz falou do trabalho que as unidades do SESC fazem em Peruíbe, com a realização de visitas, trilhas, e a conselheira Mari ressaltou a importância desse mapeamento, com o custo bancado pelo SESC e que deverá se estender até 2020. Comentou sobre a participação intensa da sociedade civil e quanto será significativo para a cidade. O conselheiro Ribas falou que o turismo já está com uma compilação de dados em andamento e que realmente a parte ambiental está defasada. A presidenta tomou a palavra, apresentou a estagiária Laís, ali presente, falou sobre os projetos ambientais que estão sendo desenvolvidos com a participação dela e da estagiária Lorena, dissertou sobre as atividades de educação ambiental desenvolvidas no Colégio Vitalino, as aulas que serão feitas com o biólogo Tiago, atividades a ser desenvolvidas com professores no aterro, da adequação da lei que permitiu que os funcionários pudessem exercer a função de fiscalização, da criação de uma equipe de fiscalização sob a responsabilidade do meio ambiente, integrando Obras, Habitação, Defesa Civil, Procuradoria, e que está sendo criado um talão de infração ambiental, específico para começar a especializar esse serviço municipal. Disse que tem apenas dois funcionários na secretaria, que a educação ambiental a princípio ficará com a bióloga Viviana, mas que ainda tem a gestão dos resíduos sólidos, arborização, e outras questões que vieram com essa reformulação, como a proteção animal. Citou tudo isso porque se a sociedade civil vem com uma agenda propositiva, para substituir em momentos em que não é possível ter um funcionário, ela não vê qualquer objeção, mesmo porque a conselheira Mari também é secretária e ambas mantêm um intenso diálogo. Agradece e reconhece que há uma necessidade desse apoio e abre para sugestões e comentários. A conselheira Mari explica que a sua participação se dará como interlocutora, apenas para fazer a ponte entre o SESC e o Meio Ambiente. A indicação da conselheira Mari como representante do Condema no Conselho Gestor do Mapeamento Cultural do SESC é colocada em votação, e aprovada por unanimidade. O conselheiro Gil solicitou mais informações sobre a formação da equipe de fiscalização, e a presidenta explicou que por ser uma



## PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUIBE

Rua Nilo Soares Ferreira nº 50 – Centro - CEP 11750-000

Fone (13) 3451-1000 - Fax (13) 3451-1034

<http://www.peruibe.sp.gov.br> e-mail: [prefeitoperuibe@peruibe.sp.gov.br](mailto:prefeitoperuibe@peruibe.sp.gov.br)

diretoria, o Meio Ambiente era atendido pelos agentes fiscalizadores da secretaria de Obras. Com a adequação da lei, agora o biólogo Tiago tem a função de polícia na fiscalização. Quando o concurso público for feito, haverá a contratação de funcionários específicos para a função. Dissertou sobre as áreas invadidas, inclusive algumas que são caso de polícia, ações criminosas, como o que vem acontecendo no Cajueiro, local de denúncia do visitante sr Leonildo. Falou sobre os caminhões que já estão sendo multados no Guarau e outras medidas que estão sendo feitas para melhorar a demanda ambiental do município. O conselheiro Rodrigo pediu a palavra e anunciou que o centro de reabilitação de fauna marinha do Biopesca, na Praia Grande, entrou em funcionamento, atendendo toda a região, colocando o Instituto à disposição, fazendo o trabalho de recolhimento, reabilitação e soltura de animais marinhos. O visitante sr. Leonildo pediu a palavra e tornou a apresentar a demanda sobre as invasões que estão ocorrendo no bairro do Cajueiro, denúncia feita por ele e pelo conselheiro Rodrigo W. em reuniões anteriores, cobrando uma atuação maior do Condema, falando da sua preocupação ambiental e a falta de respeito que acontece na região. Ameaçou chamar a imprensa, caso o Condema não desse uma solução. A presidenta perguntou ao sr Leonildo o que ele e o conselheiro Rodrigo W. haviam feito com as investigações que foram apresentadas, pois eles deram nome e sobrenome das pessoas envolvidas em um esquema criminoso, falaram que tinham gravação, e ela quis saber se havia sido encaminhado à delegacia, pois ela não tem atuação criminal. O visitante sr Leonildo disse que foi encaminhado à delegacia e à promotoria pública e a presidenta pediu que ele trouxesse documento pois pelo que ele estava dizendo era mais do que uma questão ambiental, pois a polícia militar ambiental faz o embargo e o auto de infração ambiental, mas quem está sendo ali flagrado é aquele coitado que comprou o lote e que foi pago para poder desmatar, que eles têm o nome da cabeça do esquema, e se não pegar a cabeça, ela vai lá e faz a autuação daquele senhor de 70 anos, como da última vez, e ele vai para a cadeia ou responder um processo administrativo e daqui há dois dias, outra pessoa vai ser paga para estar no lugar. Então se eles têm o nome, sobrenome, gravação, cadê o andamento disso? Lembrou que ele mesmo disse que uma pessoa havia levado dois tiros lá, e que não havia como o biólogo do meio ambiente resolver esse problema. Tem que ser uma equipe muito especializada. Ofereceu, caso ele quisesse, que deixasse registrado que houve esse acompanhamento dele e do conselheiro Rodrigo Wolpert, que ele deixasse ali os nomes dessas pessoas, desses grileiros que aí seriam colocados à disposição desse sistema de investigação o encaminhamento disso. A conselheira Ana Paula falou sobre o problema da invasão de terra na Baixada Santista inteira, sobre ação conjunta feita em 2006 pela prefeitura de Praia Grande em áreas invadidas e ressaltou que são ações que envolvem criminosos. A presidenta ressaltou que é um caso tão grave que espetacularizar e tratar esse assunto no Condema só faz com que se identifique para o grileiro quem é o delator que vai dismantelar o esquema dele e que não acredita que o conselho seja o fórum adequado para tratar esse assunto. Pede a ele que falem sobre isso em outro espaço e que ontem atendeu duas pessoas de lá, em outro espaço e conversaram sobre o assunto.



## PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUIBE

Rua Nilo Soares Ferreira nº 50 – Centro - CEP 11750-000

Fone (13) 3451-1000 - Fax (13) 3451-1034

<http://www.peruibe.sp.gov.br> e-mail: [prefeitoperuibe@peruibe.sp.gov.br](mailto:prefeitoperuibe@peruibe.sp.gov.br)

O conselheiro Gilberto também aborda a necessidade de fiscalização e a presidenta pede-lhe que marque um horário para conversarem a respeito. A conselheira Karen parabenizou a mesa diretora por abrir a palavra aos visitantes, pois há conselhos onde isso não é possível. Explica que o conselho pode receber denúncias, mas a mesa diretora junto com o conselho vai analisar se essa denúncia pode ser recebida, que ela deve conter nomes, datas, e que conselhos não podem fiscalizar, mas pode encaminhar, em parceria com poder público e com as autoridades, pois como conselheiros temos que saber até onde podemos ir. Falou de uma intervenção por conta de uma denúncia onde haveria uma pessoa com deficiência, e quando chegaram, todas as 20 pessoas que ali estavam tinham ficha na polícia. Então são questões graves que expõem a vida das pessoas, como agente público, vão com a polícia, como conselheiros, não podemos. A conselheira Ana Paula contou de uma denúncia que atendeu no cemitério do centro ela e a sra. Márcia e quando chegaram havia 15 garotos ali e elas tiveram que ir embora e voltaram com a polícia. O conselheiro Rubens falou que o problema é no fim de semana, quando a polícia ambiental dificilmente atende, em horas eles derrubam até 5 mil metros. A presidenta diz que tem como resolver, mas terão que primeiro conquistar a credibilidade da polícia ambiental, pois antes as ações eram muito causuísticas, eles iam lá e depois a prefeitura não dava andamento. Então é preciso ganhar credibilidade, ter uma proposta séria, ela não vai marcar dia definido para a fiscalização, ninguém vai ficar sabendo, só o técnico vai saber. Ela pede que essas questões sejam tratadas com ela em particular, que sejam tratadas com cautela. O visitante sr. Vasni sugere que os poderes competentes constituídos façam uma reunião para tratar do assunto, e a presidenta disse que isso é o que ela disse mas só que não poderia ser divulgado pois são ações de inteligência. A visitante Sofia perguntou se como sociedade civil poderia fazer algo para auxiliar e apoiar, pois se sentia orgulhosa em ter uma pessoa como ela à frente de uma pasta da administração pública. O conselheiro André disse que a sociedade se organiza a partir do momento que faz parte de um corpo, e que ela deve conversar sim, e assim estará ajudando. A conselheira Mari disse que ela é integrante do MoCAN e o conselheiro André diz que ela então já está ajudando, pois só quando integra uma estrutura o cidadão consegue enxergar o que é uma estrutura administrativa, quando faz parte de um corpo que precisa de uma organização aí vai saber que nem tudo é como ele quer na hora que ele quer. A presidenta encerra dizendo que ela não gosta de ser centralizadora, que gosta de delegar, que gosta de críticas, mas ninguém gosta de ser linchado, desmoralizado moralmente. E se a visitante está conosco expondo o que está de errado, colaborando, ela agradece. Às 16:00h, a reunião é encerrada.

Peruíbe 11 de Maio de 2018.

Assinatura no original  
Rosângela Barbosa  
Presidenta do CONDEMA

Assinatura no original  
Maridel Vicene Polachini Lopes  
Secretária Executiva